

Ulysses: projeto só reafirma a soberania

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, mesmo reconhecendo que há críticas à proposta do governo para a Constituinte, permitindo abolir a Federação e a República, acha que o dispositivo foi incluído "com o objetivo de reafirmar a soberania da Assembléia Constituinte".

Ele admitiu a redundância da proposta do governo, de considerar a Constituinte livre e soberana no artigo, 1º e, em seguida, no artigo 2º, permitir emendas abolindo a Federação e a República. Mesmo assim, observou que a preocupação do Planalto é a de não deixar dúvidas sobre a soberania da Constituinte.

Pelo entendimento de Ulysses, os 23 senadores eleitos em 82 e com mandato até janeiro de 1990 integram normalmente a Constituinte. Ele fez questão de ler, pausadamente, o artigo 1º da proposta de emenda, segundo o qual os membros da Câmara e do Senado, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Constituinte. "Os 23 senadores — um terço do Senado — eleitos em 82, estão em pleno exercício do mandato e, portanto, participarão da Constituinte" — observou.

O presidente da Câmara elogiou a sugestão de atribuir ao presidente do Supremo Tribunal Federal a presidência da sessão de instalação da

Constituinte, prevista para 1º de fevereiro de 1987: "É uma iniciativa elogiável e uma idéia muito proveitosa. Poderá permitir a participação dos três Poderes nessa tarefa histórica, Executivo, Legislativo e Judiciário".

Informou também que há sugestões no sentido de a Constituinte aprovar o projeto da Constituição por maioria simples no primeiro turno, para apressar a votação e, com maioria absoluta apenas no segundo turno. Pela emenda Sarney, o projeto da Constituição deverá ser aprovado por maioria absoluta — metade mais um — nos dois turnos. O líder Pimenta da Veiga não fez maiores objeções, afirmando que esta e outras sugestões serão examinadas a partir de agosto na tramitação da emenda do presidente da República.

Ao contrário de Ulysses, o líder do governo não acredita em alterações no texto já divulgado, pelo menos até amanhã, quando de sua assinatura pelo presidente, no Planalto. As eventuais mudanças — disse ele — serão discutidas na tramitação da proposta.

Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) parece não ter entendido que a permissão para a Constituinte discutir até o princípio da Federação e da República é um simbolismo imaginado por Sarney para reforçar a soberania da Assembléia. O parlamentar anunciou que pretende apresentar subemenda suprimindo esse artigo.